



Em Inhaminga

Corpos encontrados sem vida sugerem execuções e reactivação dos esquadrões da morte

Beira (Canalmoz) – Treze corpos sem vida foram encontrados próximo duma unidade policial na zona de Bencata, na vila de Inhaminga, sede do distrito de Cheringoma, a cerca de 200 quilómetros da cidade da Beira.

Os corpos foram encontrados por alguns cidadãos, a cerca de 200 metros de um posto policial, e apresentam-se em avançado estado de decomposição. Não se sabe ao certo qual foi a causa da morte das treze pessoas, mas admite-se a possibilidade de serem os esqua-

drões da morte que actuam em conjunto com as autoridades de segurança, e, por isso, os corpos tenham sido depositados muito próximo do posto policial. Os esquadrões da morte que foram criados pelo Governo para liquidar membros da oposição e pessoas com posições divergentes fizeram, num passado recente, várias vítimas, e o método é semelhante ao do cenário que caracteriza os treze corpos agora encontrados.

A população encontrou os corpos devido ao mau chei-

ro propagado e por causa dos abutres que ocuparam o local.

Uma equipa de peritos da Saúde, do Serviço de Investigação Criminal e elementos da Procuradoria deslocaram-se ao local, para averiguar o caso.

A Procuradoria em Sofala instaurou um processo-crime contra desconhecidos, com o n.º 107/07/05/P2017, de 26 de Dezembro, que seguirá os trâmites legais.

A Procuradoria alega que é prematuro divulgar as identidades das pessoas mortas. (José Jeco, na Beira)

Depois da empresa malaia “Petronas”

Empresa francesa “Total” abandona operações na Bacia do Rovuma

Maputo (Canalmoz) – A empresa petrolífera francesa “Total” anunciou a renúncia das operações na Área “3” e na Área “6” da zona “offshore” na Bacia do Rovuma, depois de não ter conseguido um parceiro para arcar com os custos de perfuração do seu primeiro poço de exploração.

“A ‘Total’ procurou um parceiro para reduzir a sua exposição

financeira, dado o contexto do baixo preço do petróleo”, afirmou a empresa, em carta enviada à ministra da Energia, Letícia Klemens (nessa altura), a 19 de Outubro, citada pela “Zitamar News”.

“Infelizmente, apesar do facto de várias empresas de petróleo e gás terem participado do nosso ‘dataroom’, nenhuma ofer-

ta foi submetida até hoje”, lê-se na carta citada pela “Zitamar”.

Devido à falta de interesse no bloco, “o terceiro período de perfuração do poço de exploração provavelmente não ocorrerá antes do final do terceiro período de exploração, ou seja, até 31 de Março de 2018”, afirma a carta.

A “Total” é a segunda operadora,

nos últimos dois anos, a renunciar aos mesmos blocos. Em Abril de 2016, a empresa petrolífera estatal “Petronas”, da Malásia, também decidiu abandonar sua participação de 50%, na Área “3” e na Área “6”.

A empresa francesa “Total” assumiu a participação e a operação, deixando com 90% de participação nos dois contratos de concessão, juntamente com a companhia estatal moçambicana ENH.

A “Petronas”, que ganhou os blocos em 2008, perfurou um poço de exploração, que não produ-

ziu reservas com valor comercial.

A “Total” completou o processamento e a interpretação de 500 km² de 3D sísmicos na Área “3” e terminou a maior parte do trabalho de preparação necessário para perfurar um novo poço, incluindo o concurso para o serviço da base logística, para apoiar a sua operação de perfuração no bloco.

A “Total” já lançou um concurso para a perfuração, no início de Julho de 2016, com a intenção de iniciar as operações em Fevereiro ou Março de 2017. Mas,

sem um parceiro para ajudar nos custos de perfuração, a empresa reprogramou as operações para começarem no final do ano.

A “Zitamar News” cita fontes ligadas ao processo, que disseram que a “Total” também estava sob pressão para usar o polémico projecto da Base Logística de Pemba, da ENHILS, para as suas operações de perfuração, mas a sua preferência foi usar a plataforma de logística flutuante da Baloré, em Pemba, como base logística para a sua campanha. **(Redacção)**

Para enfrentar as calamidades

Governo aprova plano de contingência orçado em um bilião

Maputo (Canalmoz) – O Governo de Moçambique anunciou que aprovou um plano de contingência para a época chuvosa 2017\2018. O Governo diz que o plano de contingência, avaliado em um bilião de meticais, é um documento de base para o processo de alívio e gestão de desastres em Moçambique, tendo em conta as previsões atmosféricas.

Não se sabe onde o Governo espera angariar este dinheiro, pois o Orçamento do Estado dos últimos dois anos tem sido deficitário, como resultado do abandono dos principais parceiros de apoio programáticos ao apoio directo ao Orçamento, na sequência da descoberta de avultadas dívidas ilegais e secretas, avalizadas pelo Estado.

O anúncio da aprovação des-

te documento foi feito, na semana passada, por Ana Comuana, vice-ministra da Cultura e Turismo e porta-voz do Conselho de Ministros.

Segundo Ana Comuana, a população em risco situa-se acima de um milhão, sobretudo nas regiões do centro e Norte do país. “O Conselho de Ministros aprovou a resolução que aprova o plano de contingência ao abrigo da lei número 15\2014 de 20 de Julho, Lei de Gestão de Calamidades”, disse Ana Comuana.

O montante atribuído ao plano de contingência destina-se a actividades de vigilância e emissão de pré-avisos, colocação prévia de recursos materiais e de recursos humanos, operações de busca e salvamento e assistência humanitária.

Moçambique tem sido ciclicamen-

te assolado pelos desastres naturais. Segundo o plano para a redução de riscos e calamidades para o período 2017\2030, 14% da população moçambicana foi afectada, nos últimos trinta anos, por uma seca, uma cheia ou uma tempestade tropical, e mais de metade dos fenómenos que resultaram em desastre (53%), desde 1970, ocorreram nas últimas duas décadas. De Outubro de 1999 a Janeiro de 2000, as chuvas tinham atingido níveis de 70% acima do normal, em Maputo, e 26% acima do normal na foz do Rio Limpopo.

No ano passado, o Governo atribuiu um montante de 360 milhões de meticais para responder às necessidades de um milhão e meio de pessoas que estavam a ser assoladas pela seca nas zonas centro e sul do

atneia

Base de dados da legislação publicada no Boletim da República de Moçambique, I Série, a partir de 25 de Junho de 1975

www.atneia.com

Assine já!

ou

peça uma Cotação

carina@panbox.co.mz

+258 21308040/41

+258 823146330

+258 848997399

hermes

BASE DE DADOS DOS ANÚNCIOS DE CONSTITUIÇÃO DE ENTIDADES LEGAIS EM MOÇAMBIQUE PUBLICADOS NO BOLETIM DA REPÚBLICA, III SÉRIE, A PARTIR DE 25 DE JUNHO DE 1975

hermes.panbox.co.mz



WWW.GRINGOJEANS.COM

país. Na altura, o director-geral do INGC, João Machatine, disse que a sua instituição precisava de quinze mil toneladas de produtos alimentares diversos para distribuir às famílias, sendo treze mil toneladas de cereais e duas mil toneladas de feijão.

Para a época chuvosa de 2016/2017, o Governo de Moçambique anunciou um orçamento de cerca de 800 milhões de meticais para realizar o seu plano de contingência.

Dados do Governo de Moçambique indicam que, desde o ano de 2000, a combinação de cheias, inundações e ciclones provocou um impacto devastador de cerca de 700 mortes, 500.000 deslocados e cerca de 12% de área cultivada destruída. Estimativas feitas na altura mostravam uma perda total de 600 milhões de dólares, tendo causado uma queda vertiginosa das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, de 7,5%, em 1999, para 1,6%, no ano 2000.

Na última sessão anual do Conselho de Ministros, realizada na semana passada, em Maputo, este órgão apresentou o ponto de situação sobre a gestão de calamidades no período de 24 de Outubro a 18 de Dezembro corrente. O Con-

selho de Ministros considera que este período foi caracterizado pela ocorrência de chuvas moderadas a fortes, e a precipitação situou-se entre os 50 a 500 mililitros. O Governo diz que, quanto ao impacto nas albufeiras, registou-se uma ligeira subida dos níveis de retenção da água, incluindo na albufeira dos Pequenos Libombos, onde a quota melhorou comparativamente à quota do ano passado, mas, mesmo assim, as autoridades recomendam a manutenção das medidas restritivas no fornecimento de água, já decretadas, para uma melhor gestão racional e sustentável. As medidas abrangem principalmente a população de Maputo e Nampula.

Segundo Ana Comuana, as ocorrências afectaram 18.522 pessoas, cerca de 3700 casas ficaram destruídas, 368 casas foram inundadas, 146 salas de aulas ficaram destruídas e sete unidades sanitárias foram afectadas.

O Governo diz que, no mesmo período, registou a redução dos casos de diarreia em 17% e dos óbitos relacionados com a diarreia em 57%. Relativamente à malária, as autoridades dizem que houve subida do número de casos, em 13%, e a redu-

ção de óbitos, em 37%. Em Nampula, há notícias de ocorrência de casos de cólera nos distritos de Momba, Nacaora e Eráti, com um total acumulado de 1244 casos e um óbito.

Sobre as questões relativas à prevenção dos desastres naturais, agências especializadas dizem que Moçambique registou grandes avanços na última década, com a criação de quadros jurídicos e institucionais e de políticas e programas, embora a implementação de tais quadros não tenha reflexos assinaláveis na melhoria da resposta aos desastres mais recentes.

Além disso, estudos independentes consideram que, em Moçambique, ainda são poucos os documentos legais dirigidos especificamente para a gestão de desastres, e existe muita legislação dispersa, dos diferentes sectores, que, sendo geral, é também aplicada durante as operações de socorro. Esta dispersão não facilita o seu conhecimento e a sua aplicação por todos os intervenientes nessas operações.

Por outro lado, a ausência de regulamentação específica leva a que, em momentos de crise, por vezes sejam tomadas medidas "ad-hoc". **(Eugénio da Câmara)**

Canal de Opinião

por Edwin Hounnou

Pacheco é uma encomenda do mal

Maputo (Canalmoz) – O Presidente da República, Filipe Nyusi, acaba de promover José Pacheco, antigo ministro da Agricultura, para o reluzente cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Pacheco é um governante conotado com o desflorestamento do país, um colaborador de empresas chinesas que vêm destruindo o nosso país e para o proteger da

vergonha, o Governo, na época de Armando Guebuza, fez um baixo ensaio jurídico com a cumplicidade da Procuradoria-Geral da República que veio a público dizer, sem vergonha, que Pacheco é inocente e limpo enquanto todos sabiam que se tratava de uma farsa concebida pelo Governo de então e apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

Recentemente, no caso do des-

falque de fundos do FDA, o nome de Pacheco voltou à baila como um dos beneficiários do mega-rombo financeiro. Não se pode entender que tenha sido retirado tanto dinheiro sem que o respectivo ministro saiba... só pode uma grande mentira! Pacheco sabia e bem do que estava a acontecer.

Apesar de todas as evidências, Nyusi não hesita em promover um gatuno, prevaricador e arro-



Serviço de Estafeta, correio expresso, carga e representação
 Av. Zedequias Manganhela, nr 591, 1 andar porta 6 - Maputo
 Tels. 82-+9277680, 846606820 e 84-3980788
 Correio eletrónico: sereprel.expresso@teledata.mz

Recolhemos no domicílio e entregamos na porta do destinatário:

- POSTAIS
- CONVITES
- BRINDES
- ENCOMENDAS
- FACTURAS
- PRESENTES
- OUTROS SERVIÇOS DE ESTAFETA

Para mais informação contacte-nos através do endereço indicado.

Publicidade

gante! O lugar de ladrões é na prisão e não outro lugar, muito menos em um ministério! Não acredito que Pacheco seja apenas um esperto mas ponta de lance de algum grupo, a julgar pela impunidade como ele actua.

Eu estou a desconfiar que toda a tolerância que se faz em relação a Pacheco tem como pano de fundo a alternância ao poder depois de Nyusi. O poder, na Frelimo, sempre esteve no Sul e agora passou para o Norte. Pacheco está sendo acarinhado para vir a ser o candidato do Centro, embora seja um incompetente e de mãos largas, como tem estado a demonstrar. Eu não esperava que Nyusi indicasse um devastador das nossas florestas para um cargo de tão grande visibilidade. Parece que vale a pena ser corrupto!

Está muito mal isso! Nyusi está desorientado!

Existem informações abundantes provenientes do Ministério da

Agricultura que confirmam que todos os parceiros daquele importante sector abandonaram quando José Pacheco lá chegou devido à péssima imagem que o titular apresentava como um incompetente e comprometido com outros interesses e não com o desenvolvimento agro-industrial do país. Agora, a produção agrícola virou um sector menos importante.

Admiravelmente é este mesmo indivíduo que o chefe de estado promove para levar o país ao concerto das nações... A não ser que o objectivo seja apenas de trazer, em catadupa, os irmãos dele chineses para virem terminar com o pouco que ainda temos!

Eu não entendo a lógica que Filipe Nyusi segue. Ele contradiz-se a todo o momento e desta vez voltou a demonstrar que Nyusi ainda não tem o leme do partido nas mãos e quem, de facto, toma as grandes decisões são outros e não o PR. A presença de Pacheco na-

quele posto representa a força de outros que decidem sobre as grandes questões do país e não a vontade e decisão soberana de Nyusi.

Pacheco tem provado a sua incompetência em tudo quanto passou. Não foi capaz de levar a bom termo as conversações com a Renamo devido à sua arrogância. Estamos ainda bem lembrados que Pacheco chamou aos madgermane de vândalos... um moçambicano reivindica o seu direito e o Pacheco chamou-o de vândalo!!!! Isso é incrível.

Desta vez, Nyusi voltou a entrar no mato. Pacheco não vale para nada! A promoção de Pacheco é vista como uma encomenda de uma das alas que deseja ver Nyusi algemado aos seus interesses e desígnios. Aqui vale lembrar que o assassinato de 150 membros da Renamo, na cadeia de Montepuez ocorreu quando Pacheco era governador de Cabo Delgado. **(Edwin Hounnou)**

Anuncie no Canalmoz

Contacte-nos:

canalipdfs@gmail.com ou graficocanalmoz@gmail.com

Telefone: (+258) 82 36 72 025 | (+258) 82 30 53 185 | (+258) 84 31 35 996

Publicidade